

NOVAS MEDIDAS

Um fato é amplamente admitido: para dar certo, o pacote precisa de novas medidas. As primeiras podem sair para a agricultura.

O governo vai adotar algumas "medidas complementares" na área da agricultura, dentro de alguns dias, "para compensar as perdas que o setor sofreu com a redução dos subsídios ao crédito". Foi o que garantiu ontem em Curitiba o presidente da Federação da Agricultura do Paraná, Mário Stadler de Souza, que representa os agricultores no Conselho Monetário Nacional.

Embora não soubesse precisar quais medidas serão adotadas, ele previu que deverá ocorrer um aumento nos Valores Básicos de Custo (VBC) para as próximas safras, que já está sendo definido pelo governo.

Stadler advertiu que as medidas econômicas tomadas anteontem pelo governo "não surtirão o efeito desejado" se não forem acompanhadas de uma gradual desindexação da economia, e, na área de agricultores especificamente, de novos estímulos à aquisição de insumos, aos investimentos e melhores preços. Segundo ele, mesmo que essas "medidas complementares" sejam definidas logo, será inevitável que o **pacote** econômico do governo provoque uma "alta extraordinária" no custo de produção, "com sérios reflexos para o consumidor brasileiro e para o mercado externo de produtos agrícolas".

Propostas

A revogação da indexação existente entre correção monetária das ORTN e o Índice Geral de Preços (IGP); a fixação do limite-teto de 82% ao ano para os custos financeiros e a criação do câmbio duplo, um para as transações comerciais e outro para as operações financeiras, foram as medidas sugeridas pela Federação do Comércio e Associação Comercial de Minas Gerais para resolver a crise econômico-financeira do País.

As propostas estão contidas num documento entregue ontem aos presidentes do Senado, Nilo Coelho, e da Câmara, Flávio Marçílio, pelo presidente da Fiemg, Fábio de Araújo Mota. Segundo o documento, com a adoção dessas propostas, as cadernetas de poupança serão os papéis de maior rentabilidade no mercado, preservando-se, assim, suas finalidades sociais.

Os empresários mineiros ressaltam, no documento, que os grandes obstáculos à superação da crise são os elevados déficits do setor público e o excessivo endividamento externo.

O documento afirma também que esses encargos constituem, atualmente, o principal fator de realimentação inflacionária, com um custo tão insuportável que já expõe o País a uma desestabilização de sua estrutura sócio-econômica.

Segundo os empresários, com a adoção de uma taxa diferenciada de câmbio, o mercado exportador será estimulado e, com a rentabilidade das cadernetas de poupança, o Sistema Financeiro Habitacional será preservado. No documento, os mineiros afirmam que a única solução para a crise é a imediata baixa dos custos financeiros, ou sob a forma de lei do Congresso Nacional, ou em forma de resolução do CMN.

Apesar de admitir a validade de algumas providências para atingir os objetivos previstos pelo governo ao editar o novo **pacote** econômico, a assessoria econômica da Associação Comercial de Minas entende que, globalmente, as recentes decisões não terão as repercussões positivas aguardadas pelas autoridades.

Assim, novas providências para o reordenamento da economia se farão necessárias, adverte.

Para os assessores econômicos da ACM, a redução das alíquotas do IOF incidentes sobre as operações de crédito, a eliminação dos limites quantitativos aplicados à expansão do crédito ao setor privado, e a instituição do Pró-Investe são decisões que poderão beneficiar a iniciativa privada.

Não obstante, alerta que esses prováveis benefícios poderão ser anulados por outras providências adotadas e que podem acarretar dificuldades às empresas. São os casos, entre outros, da redução gradativa dos subsídios nas operações de crédito rural e de exportação, da queda dos subsídios às pequenas e médias empresas, da elevação dos tetos dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais em 5%, do adicional de 10% de Imposto de Renda na fonte sobre os rendimentos de capital.